

A realidade do País, na visão de Campos

Profundo nas suas análises sobre economia, o senador Roberto Campos vem fazendo a respeito do governo de José Sarney algumas análises que expõem a desenvoltura com que trata dos assuntos mais complicados. Assim, lembra que o presidente da República se preocupou demais com a duração de seu mandato e descuidou-se de investir no principal: a administração.

Em vez de dedicar-se à compra de elencos partidários e de vender a alma ao PMDB, Roberto Campos entende que melhor seria para Sarney se tivesse, desde o primeiro dia, esquecido a duração de seu mandato e partisse para a implantação de uma política de austeridade que tanto interessa ao País.

Lembra que o presidente, ao assumir, encontrou condições favoráveis para a realização de uma boa administração, porque herdara do governo anterior uma inflação decrescente, bem como no plano externo encontrara uma negociação concluída com nossos credores. O próprio Tancredo Neves, diz ele, refletindo aquilo que seria desejável no novo governo, insistia na frase "é proibido gastar".

Assim, entendendo que Sarney saiu do caminho proposto por seu próprio partido, conclui que o presidente cedeu à tentação de conquistar popularidade imediata, talvez por acreditar que com isso se legitimaria mais facilmente no poder. Um estadista jamais demonstraria essa preocupação, diz o senador, porque tem consciência de que o julgamento de uma administração muitas vezes cabe à História, não tendo relevância as reações imediatas, favoráveis ou não.

No seu entender, é possível combinar popularidade com austeridade, mas o presidente da República colocou-se muito distante disso. Aquilo que teria sido o seu grande erro, portanto, foi a tentativa de insistir nessa busca de popularidade pessoal, que o fez esquecer o resto.

O senador Roberto Campos lançou essas afirmações no curso de uma entrevista dada ao programa "Debate Nacional", que vai ao ar pela TV Record, segunda-feira à noite. Ele criticou asperamente o trabalho dos constituintes e chegou a prever que, ao invés de um belo cavalo que simbolizaria a perfeição animal, o trabalho final deverá lembrar mais a figura de um dromedário.

gura disforme do dromedário, em vez de algo perfeito.

Roberto Campos considera que a Constituinte assimilou tensões criadas desnecessariamente, sobretudo pela inclusão de temas como a anistia dos militares. Ele acha que as Forças Armadas têm uma espécie de complexo de culpa por haver deixado o País na situação em que está, muito embora essa culpa agora possa estar minorada, em face dos insucessos do governo civil, fazendo aumentar a taxa de inflação e a sensação de desgoverno.

Em vista dos antecedentes, supõe que os militares não cogitam de qualquer intervenção no processo político brasileiro. Além disso, não crê que haja nas Forças Armadas uma união capaz de levá-las a partir para uma aventura antidemocrática. O que eles podem fazer, ressalvou, é insistir em expressar suas inquietações.

Roberto Campos não partilha do ponto de vista de que o ex-governador Leonel Brizola representa uma ameaça política para o País, porque seria — conforme muitos admitem — um forte candidato à Presidência da República.

Segundo o seu ponto de vista, Brizola não é um organizador político, a ponto de não haver conseguido formar as bases de seu partido em diversos Estados. O ex-governador, pelo que afirmou, já provou que é um candidato desinteressado dos assuntos administrativos e que está somente interessado no exercício do poder. Deixou o Rio de Janeiro desorganizado, e já demonstrou, enfim, qual é a sua competência.

Por causa disso acha que não representa ameaça alguma. As futuras eleições presidenciais, a julgar pelas suas previsões, ocorrerão provavelmente com a participação de novas lideranças políticas, em vista de os atuais partidos exprimirem divisões incontornáveis. Concorda que Lula é um novo líder na política, porém detentor de mensagem já antiga e superada, porque está voltada para o confronto de classes, não devendo por isso ajudá-lo em sua carreira.

O senador lembra que em São Paulo há uma liderança emergente — a do deputado federal Guilherme Afif Domingos —, que se fundamenta numa mensagem nova, voltada para a privatização da economia e para a desestatização. Mas outros surgirão de tal forma que o quadro de candidatos poderá ser diverso do que hoje deparamos.

Segundo seu ponto de vista, há na Constituinte um grupo de esquerda que se mostra interessado em desestabilizar o regime capitalista e implantar o socialismo, isso num momento em que, nos países socialistas, se verifica tendência inversa. Acha que ali também estão agrupados, em pequeno número, os liberais, acenando-se o predomínio de um grande centro flutuante, com tendência conservadora, que prefere o capitalismo e a economia de mercado.

O grupo de centro, todavia, de acordo com o que vem observando, muitas vezes se mostra disposto a fazer transigências, de tal forma que o trabalho final dos constituintes poderá chegar mais facilmente à fi-

Campos é favorável a uma experiência parlamentarista no Brasil, porém entende que deve ser ressaltante de um presidencialismo direcionado. Assim, a partir de dois governos presidencialistas, voltados para a preparação do parlamentarismo, chegaríamos sem traumas ao novo regime. Pela sua ótica, saltar do presidencialismo para o parlamentarismo seria uma aventura de grande risco. Somente com a alteração do quadro partidário, do sistema de representação e a eleição do presidente do Banco Central, acredita que o País se viabilizaria para o novo sistema. A.T.C.

Desrespeito ao "livrinho"

Ao presidente Dutra se atribuiu um comportamento que poderia servir de exemplo aos atuais governantes, de todos os níveis. Sempre que dele algo se exigia, em termos políticos ou administrativos, perguntava aos assessores e a si mesmo: "Está escrito no 'livrinho'?" E, independentemente da resposta que obtivesse, partia para conferir se o "livrinho" — a Constituição brasileira — autorizava o ato.

Isso exprime o grande respeito que tinha e todos devem ter pela Constituição. Mas são tempos passados. No presente, o desrespeito às normas constitucionais levou a situações absurdas, como a dos marajás da Polícia Militar, que deixam em situação de incômoda inferioridade os militares que servem no Comando Militar Sudeste.

No seu artigo 13, parágrafo quarto, com meridiana clareza, a Carta exprime: "As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem pública nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares, reserva do Exército, não podendo seus postos ou graduações ter remuneração superior à fixada para os postos e graduações correspondentes no Exército".

Vê-se, portanto, que a Polícia Militar de São Paulo é força auxiliar do Comando Militar Sudeste e está colocada numa posição de subordinação compatível com o princípio da hierarquia, fundamental nas Forças Armadas. Ocorre que o comandante da Polícia Militar, coronel Wilson Correia Leite, ganha um soldo pelo menos seis vezes

maior do que aquele recebido por seu superior hierárquico, general-de-exército Ivan Dentice Linhares, chefe do Comando Militar Sudeste.

Mas isso não é tudo: dezenas de capitães, majores, coronéis e generais do mesmo comando do Exército percebem, igualmente, vencimentos inferiores aos de seus correspondentes na Polícia Militar. Isso cria uma situação legal complicadíssima, porque basta ingressarem em juízo, solicitando a equiparação, também garantida pela Constituição, para ficar criado um embaraço jurídico e político sem precedentes.

O regime de disciplina que impera no Exército pelo menos em tese exclui essa possibilidade, porém não é capaz de afastar a discrepância e o incômodo. O mais grave é que a irregularidade, mesmo sendo gritante, continua a ser praticada pelo governo paulista, que prossegue nos pagamentos de acréscimos salariais proibidos às claras pela Constituição.

Já não se lê o "livrinho" como antigamente.

Parente não

O ex-governador Paulo Maluf alegrou-se por verificar que o anteprojeto de texto constitucional acolheu sugestão sua, feita por intermédio da bancada do PDS, que proibiu a nomeação de parentes, até segundo grau, das pessoas que eventualmente ocupem cargos na administração pública. A sua proposta resultou do inconformismo que expressou em relação às seguidas nomeações de parentes pelo governador Orestes Quércia.